

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**RELATÓRIO**  
**A O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 73/2024**

Tendo esta comissão, recebido na data de 09/10/2024, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa de *Projeto de Lei Ordinária n.º 72/2024 de autoria do Prefeito que “Abre crédito especial no orçamento vigente para atender as despesas decorrentes da Lei Ordinária nº 14.399/22 (Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura) e dá outras providências.”* e tendo avocado para relatar sobre a matéria, exponho as seguintes considerações:

Ao examinar o projeto em questão, este visa abrir um crédito suplementar de até R\$ 735.000,00 (setecentos e trinta e cinco mil reais) no orçamento em vigor do Município de Itaúna, visando atender às obrigações estabelecidas pela Lei Ordinária n.º 14.399/22, que estabelece a Política Nacional Aldir Blanc de Incentivo à Cultura. A cultura, como motor do progresso social e econômico, auxilia na criação de postos de trabalho, na inclusão social e no reforço da identidade local. A proposta de crédito especial apresentada pretende assegurar que a cidade de Itaúna possua os fundos necessários para implementar essa política nacional, incentivando atividades culturais na esfera local. Isso engloba o apoio a projetos culturais, eventos, formação de artistas, conservação do patrimônio cultural, entre outras medidas que auxiliem na valorização e propagação da cultura.

Neste sentido, entendemos que o projeto de lei em apreço, está instruído com a documentação necessária e encontra-se elaborado dentro da correta técnica legislativa, atendendo ao que estabelece aos arts.28 – letra a 40, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Feitas as considerações acima, conclui-se

**Voto do Relator**

Diante do exposto, e após analisar o Projeto de Lei, entendo que a matéria encontra-se elaborada conforme as Normas Legais e Regimentais atinentes à espécie e dentro da correta

técnica legislativa, tem amparo legal e constitucional deste Legislativo, estará apta a ser apreciada pelo plenário desta Casa Legislativa.

**Alexandre Campos**  
*Presidente da CCJ*

**Somos favoráveis à apreciação do Projeto pelo Plenário, acompanhando o Voto do Relator.**

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 2024.

**Lacimar Cezário da Silva**  
*Membro*

**Giordane Alberto Carvalho**  
*Membro*